


Orientação - Expatriado - Apuração do Imposto de Renda Brasileiros que vão trabalhar no Exterior

 Tempo aproximado para leitura: superior a 15 minutos



Orientações Consultoria de Segmentos

Data 12/09/2024

Orientações Consultoria de Segmentos -

Apuração do Imposto
de Renda Brasileiros
que vão trabalhar no
Exterior

Chamados: TWCLEP,
PSCONSEG-9699,
PSCONSEG-15169,
PSCONSEG-10730,
PSCONSEG-11775,
PSCONSEG-15092,
PSCONSEG-15169,
PSCONSEG-16913,
PSCONSEG-12598,
PSCONSEG-18045

- 1. Questão
- 2. Normas Apresentadas pelo Cliente
- 3. Análise da Consultoria
 - 3.1 Prazos e conceito de expatriado
 - 3.2 Contrato e Obrigações
 - 3.3 Tributação de IRRF do não Residente
 - 3.3.1 Tributação de IRRF do não Residente após 12 meses, contados a partir da saída
 - 3.4 Alíquota de 25%
 - 3.5 O que é Considerado Rendimento do Trabalho
 - 3.5.1 PLR - (Participação nos Lucros ou Resultados)
- 4. Perguntas e Respostas
- 5. DIRF
- 6. Conclusão
- 7. Informações Complementares
- 8. Referências

1. Questão

A dúvida é sobre apuração do imposto de renda de Brasileiros que vão trabalhar no exterior “E

2. Normas Apresentadas pelo Cliente

A indicação da legislação pertinente ao caso é de inteira responsa

3. Análise da Consultoria

A situação dos trabalhadores contratados no Brasil, ou transferidos por seus empregadores p 7.064/1982. Fica excluído do regime desta Lei o empregado designado para prestar serviços c (noventa) dias, desde que tenha ciência expressa dessa transitoriedade e receba além da pas trabalho no exterior, as quais, seja qual for o respectivo valor, não terão natureza salarial.

3.1 Prazos e conceito de expatriado

A Lei nº 7.064/1982 não menciona diretamente um prazo específico, como os 90 dias citados, enviados para o exterior. No entanto, a legislação estabelece que os direitos dos expatriados s a 90 dias. Quando o período é inferior a 90 dias, o trabalhador pode ser tratado como enviado expatriado para fins trabalhistas.

Para efeitos da Lei nº 7.064/1982, considera-se transferido:

- o empregado removido do exterior, cujo contrato estava sendo executado no território b
- o empregado cedido a empresa sediada no estrangeiro, para trabalhar no exterior, des
- contratado por empresa sediada no Brasil para trabalhar a seu serviço no exterior.

3.2 Contrato e Obrigações

A empresa responsável pelo contrato de trabalho do empregado transferido assegurar-lhe-á, i local da execução dos serviços, respeitadas as disposições especiais desta Lei, aplicar-se-á l Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e Programa de Integração Social – PIS/PASEP.

Mediante ajuste escrito, o empregador e empregado fixarão os valores do salário-base e do a forma deste artigo fica sujeito aos reajustes e aumentos compulsórios previsto na legislação b compulsórios previstos incidirão exclusivamente sobre os valores reajustados em moeda naci

O salário-base do contrato será obrigatoriamente estipulado em moeda nacional, mas a remun computado o adicional de transferência, poderá no todo ou em parte, ser paga no exterior, em parcela da remuneração a ser paga em moeda nacional poderá ser depositada em conta banc prestando serviços no exterior, a conversão e remessa dos correspondentes valores para o lo

A Instrução Normativa RFB nº 208/2002, dispõe sobre a tributação pelo imposto de renda, dos dos ganhos de capital apurados na alienação de bens e direitos situados no exterior por pess recebidos e dos ganhos de capital apurados no país por pessoa física não residente no Brasil.

Nos artigos 2º e 3º temos o conceito de residente no Brasil e não residente no Brasil, conform

(...)

Art. 2 - Considera-se residente no Brasil, a pessoa física:

I - que resida no Brasil em caráter permanente:

II - que se ausente para prestar serviços assalariada a autarquias ou repa

III – que ingresse no brasil:

Com visto permanente, na data da chegada;

Com visto temporário:

1. para trabalhar com vínculo empregatício ou atuar como médico bolsista a Medida Provisória nº 621, de 8 de julho de 2013, na data da chegada;

2. na data em que complete 184 dias, consecutivos ou não, de permanên meses;

3. na data da obtenção de visto permanente ou de vínculo empregatício, s consecutivos ou não, de permanência no Brasil, dentro de um período de

IV - brasileiro que adquiriu a condição de não-residente no Brasil e retornou ao País, de que trata o art. 11-A, dura ausência.

Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso III, " b" , item 2, do caput, pessoa física não complete 184 dias, consecutivos ou não, de permanência contado da data do ingresso seguinte àquele em que se iniciou a contagem

(...)

A pessoa física residente no Brasil, que apresentar a Comunicação de Saída Definitiva do País:

(...)

Art. 3 - Considera-se não-residente no Brasil, a pessoa física:

I - que não resida no Brasil em caráter permanente e não se enquadre na condição de residente".

II - que se retire em caráter permanente do território nacional, na data da saída.

III - que, na condição de não-residente, ingresse no Brasil para prestar serviço ao estrangeiro situado no País, ressalvado o disposto no inciso IV descrito a seguir.

IV - que ingresse no Brasil com visto temporário:

a) e permaneça até 183 dias, consecutivos ou não, em um período de até

b) até o dia anterior ao da obtenção de visto permanente ou de vínculo em caráter permanente, consecutivos ou não, de permanência no Brasil, dentro de um período de 184 dias.

V - que se ausente do Brasil em caráter temporário, a partir do dia seguinte ao da saída, consecutivos de ausência.

§ 1º Para fins do disposto no inciso IV, "a", do caput, caso, dentro de um período de 184 dias, consecutivos ou não, de permanência no Brasil, novo ingresso seguinte àquele em que se iniciou a contagem anterior.

§ 2º A pessoa física não-residente que receba rendimentos de fonte situada no exterior, por escrito, para que seja feita a retenção do imposto de renda, de acordo com o disposto no art. 11-A.

Art. 4º A partir do momento em que a pessoa física adquira a condição de residente no Brasil, o imposto de renda devido será calculado sobre o total dos rendimentos recebidos no Brasil e no exterior, conforme as regras estabelecidas nos artigos da Instrução Normativa SRF nº 208/2001, e sua regulamentação.

(...)

3.3 Tributação de IRRF do não Residente

Se uma pessoa física deixar o Brasil de forma permanente sem informar a comunicação ou de tributados como se ela ainda fosse residente no país por até 12 meses após sua saída. Nesse caso, continuam sendo tributados conforme as regras aplicáveis aos residentes. Os rendimentos obtidos no Brasil, conforme as regras estabelecidas nos artigos da Instrução Normativa SRF nº 208/2001, e sua regulamentação.

(...)

Tributação de Rendimentos Recebidos de fonte no exterior por residente no Brasil

Art. 14. A alienação de bens ou direitos e a liquidação ou resgate de aplicações financeiras em moeda estrangeira, bem assim a alienação de moeda estrangeira mantida em espécie, a apuração de ganho de capital tributável de acordo com o disposto no art. 24 da Lei nº 9.250/2001, e sua regulamentação.

(...)

Demais rendimentos recebidos

Art. 16. Os demais rendimentos recebidos de fontes situadas no exterior por residentes no Brasil estão sujeitos à tributação sob a forma de recolhimento mensal obrigatório (camisa de Ajuste Anual).

§ 1º O imposto de renda pago em país com o qual o Brasil tenha firmado acordo de reciprocidade tributária, de acordo com o disposto no art. 11-A.

rendimentos pagos, creditados, empregados, entregues ou remetidos a não-residente, com ou sem vínculo empregatício, exclusivamente na fonte. Os rendimentos do trabalho, com ou sem vínculo empregatício, entregues, empregados ou remetidos a não-residente sujeitam a incidência do imposto de renda sobre rendimentos de serviços técnicos e de assistência técnica e administrativa, devendo o recolhimento ser efetuado pelo beneficiário, quando este não for o remetente, no momento da entrega dos rendimentos.

3.3.1 Tributação de IRRF do não Residente após 12 meses de saída

Após o 12º mês de ausência do Brasil, os rendimentos recebidos por um não-residente de fonte ou de forma definitiva. Isso inclui rendimentos do trabalho, serviços, royalties, e outro o tipo de rendimento, com alíquotas que vão de 15% a 25%. Certos tipos de rendimentos, com mas se recebidos por residentes em países de tributação favorecida, a alíquota sobe para 25%

$$(\dots)$$

Art. 10. Os rendimentos recebidos de fontes situadas no Brasil pela pessoa física nacional sujeitam-se à tributação exclusiva na fonte ou definitiva, nos termos predefinitiva do País.

§ 1º Para fins do disposto no caput, a pessoa física deve comunicar à fonte paga:

§ 2º Caso a pessoa física se retire em caráter permanente do território nacional País, seus rendimentos serão tributados nos termos previstos no § 1º do art. 11 partir do décimo terceiro mês, conforme o disposto nos arts. 26 a 45.

§ 2º Caso a pessoa física se retire em caráter permanente do território nacional do País, de que trata o art. 11-A, nem a Declaração de Saída Definitiva do País, tributados nos termos previstos no § 1º do art. 11 durante os primeiros 12 (doze) partir do 13º (décimo terceiro) mês, conforme o disposto nos arts. 26 a 45. (Red: de 09 de fevereiro de 2010)

$$(\dots)$$

De acordo com a Instrução Normativa RFB nº 208/2002, art. 10 determina que os rendimentos físicos que retirar em caráter permanente do território nacional (não residente) sujeitam-se a tributação de 25%, exceto se a pessoa física se retire caráter permanente do território nacional sem apreensão de bens, trata o art. 11-A, nem a Declaração de Saída Definitiva do País, de que trata o art. 9º, seus rendimentos de 2017, durante os primeiros 12 (doze) meses (tabela progressiva – código Darf 0561-01) e, a partir do décimo terceiro mês, (alíquota de 25% - código Darf 0473-01)

3.4 Alíquota de 25%

A alíquota de 25% de IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) se aplica a expatriados não-r

- Trabalho assalariado ou prestação de serviços, com ou sem vínculo empregatício.
- Rendimentos de fontes situadas no Brasil pagos a residentes de países com tributação
- Outros pagamentos sujeitos à regra específica, como salários e serviços prestados por

Isso ocorre conforme previsto pela legislação tributária brasileira, como na Instrução Normativ

$$(\dots)$$

Remuneração do trabalho e de serviços

Art. 36. Os rendimentos do trabalho, com ou sem vínculo empregatício, e os da empregados ou remetidos a não-residente sujeitam-se à incidência do imposto de renda, no art. 37.

Royalties e serviços técnicos e de assistência técnica e administrativa

Art. 37. As importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas:
natureza e de remuneração de serviços técnicos e de assistência técnica, admir:
imposto na fonte à alíquota de quinze por cento.

§ 1º Para fins do disposto no caput:

a) direito de colher ou extrair recursos vegetais, inclusive florestais;

b) direito de pesquisar e extrair recursos minerais;

c) uso ou exploração de invenções, processos e fórmulas de fabricação e de ma
d) exploração de direitos autorais, salvo quando recebidos pelo autor ou criador

II - considera-se:

a) serviço técnico o trabalho, obra ou empreendimento cuja execução dependa de serviços prestados por profissionais liberais ou de artes e ofícios;

b) assistência técnica a assessoria permanente prestada pela cedente de proce-
técnicos, desenhos, estudos, instruções enviadas ao País e outros serviços sem
do processo ou fórmula cedido.

§ 2º Os juros de mora e quaisquer outras compensações decorrentes do pagamento sujeitam-se à incidência de imposto na fonte nas mesmas condições dos

§ 3º Os rendimentos mencionados no caput recebidos por residente em país com imposto na fonte à alíquota de 25%.

$$(\dots)$$

Além disso vale ressaltar que no caso da empresa realizar o pagamento de adiantamento, e s pode ser feito no dia do pagamento dentro do mês.

(...)

Decreto nº 9.580/2018

Art. 678. O adiantamento de rendimentos correspond retenção, desde que os rendimentos sejam integralm que serão efetuados o cálculo e a retenção do impos

1º Se o adiantamento referir-se a rendimentos que né referirem, o imposto sobre a renda será calculado de rendimento de que trata o art. 700.

2º Para fins de incidência do imposto sobre a renda, : fornecidos ao beneficiário pessoa física, mesmo a títu cumulativa de cobrança de encargos financeiros, forr

(...)

3.5 O que é Considerado Rendimento do Trabalho

Rendimento do trabalho refere-se aos ganhos financeiros obtidos por uma pessoa em troca de incluir:

- Salários e vencimentos: Remuneração fixa paga periodicamente por um empregador a
- Bônus, prêmio, participação nos lucros e comissões: Pagamentos extras, normalmente
- Férias, 13º salário e adicionais: Benefícios que também integram o rendimento do traba
- Horas extras: Remuneração por horas trabalhadas além da jornada normal.
- Honorários e pró-labore: Ganhos obtidos por profissionais autônomos ou sócios de emp

Conforme Lei nº 4.506 de 30 de novembro de 1964

(...)

Art. 16. Serão classificados como rendimentos do trabalho assalariado todas as prestados no exercício dos empregos, cargos ou funções referidos no artigo 5º 1943, e no art. 16 da Lei número 4.357, de 16 de julho de 1964, tais como:

I - Salários, ordenados, vencimentos, soldos, soldadas, vantagens, subsídios

II - Adicionais, extraordinários, suplementações, abonos, bonificações, gorjetas

III - Gratificações, participações, interesses, percentagens, prêmios e comissões

IV - Comissões e corretagens;

V - Ajudas de custo, diárias e outras vantagens por viagens ou transferências;

VI - Pagamento de despesas pessoais do assalariado, assim entendidas as autoriza na determinação da renda líquida;

VII - Aluguel do imóvel ocupado pelo empregado e pago pelo empregado ou empregador, paga pela locação do prédio e o que cobra a menos do empregado

VIII - Pagamento ou reembolso do imposto ou contribuições que a lei prevê

IX - Prêmio de seguro individual de vida do empregado pago pelo em seguro, ou indica o beneficiário deste;

X - Verbas, dotações ou auxílios, para representações ou custeio de despesas de emprego;

XI - Pensões, civis ou militares de qualquer natureza, meios-soldos, empregador de institutos, caixas de aposentadorias ou de entidades governamentais exercidas no passado, excluídas as correspondentes aos mutilados de guerra e

Parágrafo único. Serão também classificados como rendimentos de trabalho indenizações pelo atraso no pagamento das remunerações previstas neste artigo

(...)

3.5.1 PLR - (Participação nos Lucros ou Resultados)

A Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) é uma forma de remuneração variável destinada ao desempenho financeiro da empresa. Sua regulamentação está prevista na Lei nº 10.101, de 2001, para a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados. No caso de expatriados não residentes no Brasil, o imposto Retido na Fonte (IRRF) sobre a PLR é fixada em 25%, conforme disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.224/2012.

(...)

Demais rendimentos recebidos por não-residente

Art. 42. Os demais rendimentos pagos, creditados, empregados, entregues ou recebidos no Brasil, inclusive a título de juros sobre o capital próprio, bem assim os decorrentes de qualquer forma de direito, e os relativos a comissões e despesas incorridas no exterior de companhias abertas, domiciliadas no Brasil, desde que aprovadas pelo Banco Central do Brasil, sujeitam-se à incidência do imposto na fonte à alíquota de quinze por cento prevista em lei.

§ 1º Os juros e outros encargos pagos ou creditados pela pessoa jurídica a título de juros remuneratórios do capital próprio e sobre os lucros e dividendos por imposto na fonte à alíquota de vinte por cento.

§ 2º As normas referentes aos rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa referidos neste artigo, pagos ou creditados pela pessoa jurídica a seus sócios ou distribuídos, observada a legislação vigente à época da apuração.

§ 3º Os rendimentos mencionados no caput recebidos por residente em país com imposto na fonte à alíquota de 25%.

(...)

4. Perguntas e Respostas

Em relação aos questionamentos feitos, temos o seguinte a esclarecer:

1. O termo "Reside no exterior" referido no eSocial é para fins tributários?

Neste caso podemos considerar conforme questionamento 111 da receita ([link http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaFisica/IRPF/2010/Perguntas/Exterior.htm](http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaFisica/IRPF/2010/Perguntas/Exterior.htm))?

Resposta: Os termos mencionados no questionamento 111 da RFB, são conceitos retirados do art. 1º da Lei nº 10.683/2003, que dispõe sobre a tributação, pelo imposto de renda na fonte, dos rendimentos recebidos de fonte estrangeira por pessoas físicas residentes no Brasil, apurados na alienação de bens e direitos situados no exterior por pessoa física residente no Brasil.

2. Qual o prazo de pagamento DARF código 0473, segue a mesma regra da DARF 0561?

Resposta: Não. O imposto retido na fonte, (DARF código 0473) deve ser recolhido na data da entrega do pagamento ao empregado.

3. Verbas referente a Lucros e Dividendos tem a mesma regra dos rendimentos normais de Renda de PLR? De acordo com a IN SRF nº 208 de 27 de setembro de 2002, art 45, não se incluem os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir de entregas, empregados ou remetidos pela pessoa jurídica a seus sócios ou acionistas?

Resposta:

O artigo 45 da Lei nº 2008/2002, refere ao pagamento de lucros pagos por pessoa jurídica a seus sócios ou acionistas.

(...)

RECEBIDOS DO GOVERNO BRASILEIRO NO EXTERIOR POR NÃO-RESIDENTE

Art. 25. Estão isentos do imposto na fonte os rendimentos correspondentes a serviços prestados no exterior, não recebidos de autarquias ou repartições do Governo brasileiro situadas fora do território nacional.

(...)

4. Verbas referente a RRA (Rendimentos Recebidos Acumuladamente) ou dissídio retroativo para funcionários residentes no exterior? Deverá ser considerado o número de meses?

Resposta:

Portanto, os rendimentos pagos, creditados, empregados, entregues ou remetidos a não-residente incidência do imposto exclusivamente na fonte. Os rendimentos do trabalho, com ou sem vínculo creditados, entregue, empregados ou remetidos a não-residente sujeitam a incidência do imposto Royalties e serviços técnicos e de assistência técnica e administrativa, devendo o recolhimento

De acordo com a Instrução Normativa RFB nº 208/2002, art. 10 determina que os rendimentos físicos que retirar em caráter permanente do território nacional (não residente) sujeitam-se a tributação de 25%, exceto se a pessoa física se retire em caráter permanente do território nacional sem apreensão que trata o art. 11-A, nem a Declaração de Saída Definitiva do País, de que trata o art. 9º, seu § 1º do art. 11 durante os primeiros 12 (doze) meses (tabela progressiva – código Darf 0561) , (décimo terceiro) mês, (alíquota de 25% - código Darf 0473).

5. Como deve ser o cálculo do imposto de renda sobre 13º dos expatriados? (Considera recebendo adiantamento de 13º e depois, antes do pagamento da 2ª parcela do 13º retro)

Respondido na questão 4.

6. O Imposto de renda sobre verbas rescisórias deve seguir a regra dos expatriados? O

Respondido na questão 4.

7. É aplicado ao empregado expatriado o desconto simplificado no cálculo de Imposto de Renda?

Resposta: Uma vez que o empregado apresenta a declaração de saída definitiva do País, ele conforme exposto nessa documentação, sem o abatimento de qualquer tipo de dedução.

7. Trabalhador Autônomo não residente no País de origem, a empresa identificou o pagamento tributado o valor de Imposto de Renda desse pagamento?

Resposta: É fundamental esclarecer que, neste cenário, o profissional **não deve ser tratado como fiscal**, conforme os critérios definidos pela Receita Federal do Brasil. O conceito de "expatriado internacional, com vínculo ativo com empresa no Brasil, o que não se verifica neste caso.

Independentemente de o profissional ter prestado serviços no Brasil anteriormente, a **regra de fato gerador**, observando-se:

- Durante os **primeiros 12 meses consecutivos de ausência do território nacional**, os seus rendimentos de fontes situadas no Brasil e no exterior estão sujeitos às regras da
- A partir do **13º mês consecutivo de ausência** ou da **data da Comunicação de Saída** condição de **não residente fiscal**. Nesse caso, os rendimentos provenientes de fonte estrangeira são tributados na forma **exclusiva na fonte, à alíquota fixa de 25%, sem deduções**, nos termos do artigo 10 da Instrução Normativa RFB nº 208/2002.

No eSocial, o evento S-1020 (Tabela de Lotações Tributárias) define 14 tipos de lotações, utilizadas para informar o tipo de lotação realizada e a forma de contribuição previdenciária.

Essas lotações devem ser informadas durante o período de vigência da relação contratual. Quando o prestador venha a ser recontratado, um novo evento S-1020 deverá ser criado, rejeitando o anterior.

O manual do eSocial esclarece ainda que:

- Para prestador que esteja no exterior vinculado ao RGPS brasileiro, deve-se utilizar a lotação 01.
- Para estrangeiro vinculado a regime previdenciário do país de origem, com acordo internacional, deve-se utilizar a lotação 02.

Dessa forma, é do nosso entendimento que o pagamento complementar ao prestador de serviços deve ser efetuado com incidência de IRRF à alíquota de 25%, exclusiva na fonte, conforme lei nº 10.683/2003. Como encontra encerrado, não é possível alterar a lotação tributária no eSocial para refletir essa nova situação. Os pagamentos devem ser reportados por meio da EFD-Reinf, conforme o leiaute vigente, que contempla rendimentos de natureza empregatício.

Ainda sim, nossa recomendação é que o empregador verifique internamente com o seu jurídico qual o regime de tributação ao qual esteja vinculado, com a finalidade de obter um posicionamento oficial do Governo Federal ou na EFD-REINF. Entendemos que se trata de um procedimento interno da empresa.

Sugestão de Leitura

[EFD-REINF - Evento R-4010 - Declaração de Valores Recebidos no Exterior](#)

5. DIRF

Funcionário desligado em 2021, em 2022 foi calculada rescisão complementar para pagamento residindo no exterior, ficamos em dúvida se o valor do PLR deve ser enviado para a DIRF corr 0473-01.

A DIRF é a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte. Emitida pela fonte pagadora, q objetivo é informar à Receita Federal os valores de imposto de renda e outras contribuições q evitar sonegação fiscal.

(...)

Art. 10. Os rendimentos recebidos de fontes situadas no Brasil pela pessoa física nacional sujeitam-se à tributação exclusiva na fonte ou definitiva, nos termos pre definitiva do País.

§ 1º Para fins do disposto no caput, a pessoa física deve comunicar à fonte paga
§ 2º Caso a pessoa física se retire em caráter permanente do território nacional País, seus rendimentos serão tributados nos termos previstos no § 1º do art. 11 partir do décimo terceiro mês, conforme o disposto nos arts. 26 a 45.

§ 2º Caso a pessoa física se retire em caráter permanente do território nacional do País, de que trata o art. 11-A, nem a Declaração de Saída Definitiva do País, tributados nos termos previstos no § 1º do art. 11 durante os primeiros 12 (doze) partir do 13º (décimo terceiro) mês, conforme o disposto nos arts. 26 a 45. (Reda de 09 de fevereiro de 2010)

SAÍDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO BRASIL

Art. 11. A pessoa física que se ausente do território nacional em caráter temporá meses consecutivos deve, observado o disposto no art. 11-A: (Redação dada pe fevereiro de 2010)

I - apresentar a Declaração de Saída Definitiva do País, relativa ao período em c Brasil no ano-calendário da caracterização da condição de não-residente, até o i subsequente ao da caracterização; (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa

(...)

Art. 11-A. A pessoa física residente no Brasil que se retire do território nacional o do País: (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1008, de 09 de fevere I - a partir da data da saída e até o último dia do mês de fevereiro do ano-calend permanente; ou (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1008, de 09 de II - a partir da data da caracterização da condição de não-residente e até o últim subsequente, se a saída ocorreu em caráter temporário. (Incluído(a) pelo(a) Ins de 2010)

§ 1º A Comunicação de que trata o caput não dispensa a apresentação da Decl arts. 9º e 11. (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1008, de 09 de fe
§ 2º Os dependentes, inscritos no CPF, que se retirem do território nacional na n caput devem constar desta. (Incluído(a) pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 10

(...)

Na Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - DIRF o pagamento da participaçã valor total pago durante o ano-calendário, os valores das deduções utilizadas para reduzir a B IRRF. Para funcionários ou ex- funcionários que saíram do Brasil.

5.2 Qual código deve ser utilizado para rendimentos isentos, pagos ou creditados no exterior decorrentes de lucros e dividendos pagos a partir de 1996?

Tendo em vista tratar-se de rendimentos isentos, que não são relacionados a código de recu deverá ser utilizado o **Código 0473**, com o preenchimento correspondente à natureza do v informado nos campos **Tipo de Rendimento** e **Forma de Tributação** da ficha 'Rendimer pagos a residentes ou domiciliados no exterior'.

A DIRF deve refletir a realidade dos fatos. Se à época o rendimento foi remetido ao exterior, o ficha "Rendimentos pagos a residentes ou domiciliados no exterior".

6. Conclusão

A orientação tem como objetivo auxiliar no processo de apuração do Imposto de Renda de fur obrigações fiscais sejam cumpridas de forma correta e eficiente.

"O conteúdo deste documento não acarreta a assunção de nenhuma obrigação da Totv porventura tiverem acesso ao material, tampouco representa a interpretação ou recomenda da Totvs é auxiliar o cliente na correta utilização do software no que diz respeito à aderênc TOTAL RESPONSABILIDADE do Cliente solicitante, a correta interpretação e aplicação c contratado, incluindo, mas não se limitando a todas as obrigações trib

7. Informações Complementares

Em complemento as orientações desta pagina, é necessário, à partir de 05/2023, acatar destinado às Pessoas Físicas (MP 1.171/2023) Confira aqui detalhes deste calculo.

Link: Orientações Consultoria de Segmentos - Cálculo Simplificado do IRRF

8. Referências

- <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/preenchimento/dsdp/tr>
- <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=15079>
- <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=15079&visao=anotado>
- <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=15973>
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3000.htm
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7064.htm
- <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/manuais/irrf/mafon-2023>
- <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/perguntas-e-resposta>

8. Histórico de alterações

ID	Data	Versão	Descrição
MGT	17/09/2024	1.0	Orientação sobre apuração de imposto de
DPS	27/06/2025	2.0	Instrução para tributação de IR de não-resi

[expatriados](#) [codigo_darf_0561](#) [codigo_darf_0473](#) [apuracao_irf](#) [brasileira_que_vao_trabalhar_no_exterior](#)



[Política de
privacidade](#)

[Termos
de uso](#)